

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 1420, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional na carreira concedida ao servidor ocupante do cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 11 da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, e no art. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5001731-82.2022.8.13.0471, em que foi julgado procedente o pedido aviado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, conforme critérios elencados na referida legislação.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a terceira Promoção por Escolaridade Adicional, na carreira do servidor constante no Anexo I desta Resolução, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5001731-82.2022.8.13.0471.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2025.
Edgard Estevo da Silva, Cel BM
Secretário de Estado Adjunto
(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

ANEXO I							
Promoção por escolaridade na carreira de Policial Penal.							
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1084038/7	ANDRE PAULO SANTOS	PP	III	B	IV	A	09/11/2025

10 2158063 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 1505, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre progressão após estágio probatório concedida aos servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo III, §1º, art. 93, da Constituição do Estado, e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10 da Lei 14.695 de 30 de julho de 2003, e art. 14 das Leis 15.301 de 10 de agosto de 2004 e 15.302 de 10 de agosto de 2004, com as alterações produzidas pelo art. 2º, da Lei 15.788, de 27 de outubro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão após estágio probatório aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo da carreira de Assistente Executivo de Defesa Social do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, relacionados no anexo I, na forma indicada por este.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ANEXO I					
Progressão pós Estágio Probatório					
MASP	SERVIDOR	CARREIRA	POSICIONAMENTO		VIGÊNCIA
			ATUAL	NOVO	
1341698	ROSE GONGALVES VIEIRA DURAES	ASEDS	I-A	I-B	08/09/2025
1533322	JUCIARIA ALVES RIBEIRO	ASEDS	I-A	I-B	03/10/2025
1534282	ANA LUIZA SANTOS DE SOUZA	ASEDS	I-A	I-B	24/10/2025
1231897	JOSELY VIEIRA DA SILVA	ASEDS	I-A	I-B	09/04/2025

10 2158233 - 1

ATO 01272/2025 – Redução de Jornada de Trabalho ao Servidor Responsável por Excepcional concede redução de carga horária de trabalho, para vinte horas semanais, em cumprimento da decisão judicial contida no Processo Judicial nº 1.0000.24.334708-5/000, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, ao servidor relacionado:

MASP: 1380092-5 WELVIN JONNY JUSTINO DA SILVA, em prorrogação, a contar de 11/11/2025.

Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2025
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

10 2158020 - 1

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CAPÍTULO I DA CATEGORIA E FINALIDADE

Seção I

Da disposição inicial

Art. 1º – O Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas Gerais, criado pela Lei nº 8.533, de 17 de abril de 1984 e com atribuições definidas no artigo 160, incisos I a VIII da Lei Estadual nº 11.404, de 25 de janeiro de 1994 (Lei de Execução Penal), subordinado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, nos termos do artigo 40, parágrafo único, Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019 (estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências), passa a regular-se internamente pelas normas deste regimento.

Parágrafo único: O Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas Gerais poderá ser referenciado também pelas variantes: Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais; Conselho de Criminologia e Política Criminal; Conselho; ou simplesmente pela sigla CCPC.

Seção II

Da Finalidade

Art. 2º – O Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas Gerais, com sede na capital, é órgão colegiado, consultivo e fiscalizador da execução penal, tem por finalidade executar as atividades previstas no artigo 160 da Lei Estadual nº 11.404 de 25 de janeiro de 1994 (Lei de Execução Penal), e especificamente:

I - propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e Execução de Penas, Alternativas Penais, Medidas Cautelares e Medidas de Segurança, observadas as diretrizes da Política Criminal e Penitenciária Nacional;

II - contribuir na elaboração de planos estaduais de desenvolvimento, sugerindo metas e prioridades da Política Criminal e Penitenciária;

III - promover a avaliação periódica dos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena, prisão provisória, alternativas penais, medidas cautelares, sistema socioeducativo e hospitais de custódia, para sua adequação às necessidades do Estado;

IV – opinar, quando solicitado, sobre a repartição de créditos na área da Política Criminal e Penitenciária;

V – participar e contribuir na elaboração de programa estadual penitenciário de formação, especialização e aperfeiçoamento do servidor;

VI – contribuir na elaboração e levantamento das estatísticas criminais, seja por meio de comissões próprias ou em regime de colaboração com entidades oficiais, estabelecimentos prisionais e outros órgãos e instituições interessadas;

VII - promover pesquisas, cursos, seminários e debates relacionados à Prevenção à Criminalidade, Sistema Prisional, Socioeducativo e Saúde Mental, Método APAC, Alternativas Penais, Ressocialização, Enfrentamento e Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, entre outros congêneres;

VIII - inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena, prisões cautelares, hospitais de custódia, órgãos de alternativas penais e medidas cautelares, informando-se assim, mediante requisições, visitas ou outros meios, acerca do cumprimento da Lei de Execução Penal, propondo às autoridades dela incumbidas as medidas necessárias ao seu aprimoramento;

IX - representar à(s) autoridade(s) competente(s), para instauração de sindicância ou procedimento administrativo, visando à apuração de violação da Lei Execução Penal, Direitos Humanos e à interdição de estabelecimento destinado ao cumprimento de penas e prisão cautelar;

X – atuar junto às Instituições Públicas relacionadas à Política Criminal, Penitenciária e Criminológica, tais como órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, Departamento Penitenciário, da Polícia Militar, Organizações da Sociedade Civil e Conselhos da Comunidade, objetivando a construção de diretrizes, protocolos, planejamento e análise do tratamento dos indivíduos privados de liberdade, condenados ou provisórios, de indivíduos em cumprimento de medidas cautelares, submetidos a medida de segurança e de egressos;

XI - opinar sobre matéria penal, processual penal e execução penal submetida à sua apreciação;

XII - responder a consultas sobre matéria de sua atribuição, não conhecendo, a juízo prévio do Plenário, aqueles referentes a fatos concretos;

XIII - fomentar a instalação e integração dos Conselhos da Comunidade no âmbito do Estado;

XIV - exercer outras atribuições, desde que compatíveis com sua finalidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Seção I

Da composição

Art. 3º - O Conselho de Criminologia e Política Criminal é composto por 13 (treze) membros titulares e 11 (onze) membros suplentes, designados pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, dentre profissionais e professores da área de Direito Penal, Processual, de Criminologia e de Ciências Sociais, bem como entre outros atores de organismos da área social ou do Sistema de Garantia de Direitos.

Art. 4º - O Conselho de Criminologia e Política Criminal é estruturado pela:

- I – Presidência;
- II – Vice-Presidência;
- III- Plenário;
- IV – Secretaria Executiva;
- V - Comissões especiais.

Parágrafo único: O Plenário, como órgão colegiado constituído por todos os membros titulares, conhecerá das matérias submetidas à sua apreciação.

Art. 5º - O Conselho de Criminologia e Política Criminal será dirigido por um Presidente e um Vice-presidente, designados pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, dentre seus membros titulares, por um período de quatro anos.

Parágrafo único: Na ausência simultânea do Presidente e Vice-presidente, a direção será exercida pelo Conselheiro designado pelo Presidente ou pelo Vice-presidente, conforme o caso, ou pelo Conselheiro mais antigo presente.

Art. 6º - Os Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho de Criminologia e Política Criminal serão designados para exercer um mandato de 04 (quatro) anos, contados a partir da posse e ostarão o título designativo de Conselheiro.

§1º. O exercício do mandato de Conselheiro constitui serviço público relevante.

§2º. Os Conselheiros tomarão posse e entrarão em exercício do mandato em sessão solene, presencial ou telepresencial, mediante assinatura, por meio físico ou eletrônico, do termo de posse.

§3º. O suplente substituirá o titular em caso de ausência ou impedimento e o sucederá nas hipóteses de vacância, observado o tempo restante para a conclusão do mandato.

§4º. Na ausência do Conselheiro titular, convoca-se o Conselheiro suplente obedecida a ordem de nomeação.

§5º. No caso de morte ou renúncia de Conselheiro, deverá o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública ser notificado para as devidas providências.

§6º. São prerrogativas do Conselheiro, no exercício do mandato: I – exercer o mandato com independência em relação às suas opiniões, manifestações e seus votos;

II – ter identidade funcional e portá-la em atividades externas;

III – ter livre acesso, a qualquer tempo e independentemente de autorização, aos estabelecimentos e serviços penais, bem como quaisquer locais em que se encontrem pessoas privadas de liberdade a qualquer título, para a realização de visitas, inspeções e outras atividades pertinentes às suas atribuições;

IV – outras que a lei lhe assegurar.

Art. 7º – Os Conselheiros do Conselho de Criminologia e Política Criminal farão jus à retribuição pecuniária prevista na legislação própria, sendo devidos “jetons” por reunião que comparecerem, até o limite de 10 (dez) reuniões mensais.

§1º. A participação de Conselheiro em eventos de órgãos ou instituições em que o Conselho de Criminologia e Política Criminal mantenha relação institucional, bem como as inspeções, serão consideradas reuniões para os fins do disposto no caput.

§2º. A participação do Presidente ou de Conselheiro por ele designado em evento oficial representando institucionalmente o Conselho será considerada como comparecimento à sessão.

§3º. Para os fins do previsto no caput, as sessões ou inspeções realizadas em um mesmo dia serão consideradas como ato único.

§4º. O Conselheiro poderá optar pelo não recebimento dos “jetons” ou quaisquer outras retribuições pecuniárias devidas, devendo ser tal opção registrada em sua ficha funcional.

Seção II

Do funcionamento

Art. 8º - O Conselho de Criminologia e Política Criminal reunir-se-á em sessão ordinária, extraordinária e solene.

§1º. As sessões ordinárias ocorrerão conforme calendário anual preestabelecido, e terão duração mínima de uma hora, com quórum mínimo da maioria absoluta dos conselheiros titulares para sua instalação.

§2º. As sessões extraordinárias e solenes se darão por convocação do Presidente, por proposição de um terço dos Conselheiros, com indicação da urgência e relevância da matéria a ser levada a ordem dos trabalhos, ou por solicitação do Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

§3º. As sessões serão públicas, podendo transformar-se em reservadas por deliberação do Presidente quando a natureza da matéria exigir.

§4º. O regimento interno será alterado e aprovado, pela maioria absoluta dos Conselheiros titulares.

§5º. As deliberações serão tomadas pela maioria absoluta dos Conselheiros presentes.

§6º. O Presidente, e na sua ausência o Vice-presidente, terá direito a voto nominal e de qualidade.

§7º. As sessões solenes serão realizadas, preferencialmente, nos dias de sessões ordinárias, ocorrendo imediatamente antes ou depois dessas.

§8º. Por deliberação do Presidente, havendo viabilidade técnica, poderão ser realizadas sessões virtuais por videoconferência.

§9º. Salvo casos excepcionais não serão realizadas sessões entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, considerado o período como recesso.

§10º. O Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, sempre que estiver presente, presidirá as sessões.

Seção III

Das atribuições dos membros do Conselho

Art. 9º – Ao Presidente compete dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do Conselho de Criminologia e Política Criminal e, especificamente:

I – representar institucionalmente o Conselho nos atos que se fizerem necessários, podendo delegar a representação;

II – dar posse aos Conselheiros designados pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública;

III – convocar e presidir as sessões do Conselho, elaborando as respectivas pautas;

IV – Sortear, dentre os Conselheiros titulares, o Relator de matéria a ser apreciada nas sessões;

V – assinar os expedientes, as atas das sessões e, juntamente com os Relatores, as Portarias;

VI – expedir, ad referendum do plenário, normas complementares relativas ao bom funcionamento e à ordem dos trabalhos;

VII – designar Conselheiros para inspecionar, fiscalizar e visitar estabelecimentos destinados ao cumprimento de penas e prisões cautelares, órgãos destinados ao cumprimento de penas alternativas e medidas cautelares, das diversas unidades do Estado;

VIII – criar Comissões Especiais e designar os Conselheiros integrantes, cabendo a presidência da comissão ser exercida por conselheiro titular;

IX – elaborar, e apresentar para aprovação em plenário, calendário anual de sessões e de outras atividades institucionais já previstas.

Art. 10 – Aos Conselheiros compete:

I – participar e votar nas sessões;

II – propor a convocação de sessões extraordinárias e solenes;

III – deliberar e votar sobre as proposições apresentadas, as matérias distribuídas e a política de atuação do Conselho;

IV – realizar diligências relativas à inspeção e fiscalização de estabelecimentos destinados ao cumprimento de penas e prisões cautelares, órgãos destinados ao cumprimento de penas alternativas e medidas cautelares, apresentando relatório ao Conselho;

V – exercer outras atribuições que lhes forem conferidas pelo Presidente.

VI – propor previamente matérias para a pauta das sessões;

VII – aprovar, no primeiro trimestre de cada ano, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior, para remessa ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;

VIII – aprovar o calendário anual de sessões;

IX – representar às autoridades competentes em face de quem, de qualquer modo, dificultar ou impossibilitar o desempenho das atividades do Conselho;

X – decidir sobre a comunicação ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao órgão de origem a que o Conselheiro esteja vinculado, para instauração de processo administrativo disciplinar visando à cassação do mandato do Conselheiro, no caso de prática de ato de improbidade administrativa, infração penal ou qualquer outra conduta incompatível com o desempenho de suas funções;

XI – elaborar, debater e enviar às autoridades competentes, sugestões de propostas legislativas ou administrativas relacionadas à política criminal;

XII - desempenhar outras atribuições que lhe possam ser conferidas por legislação federal ou estadual.

§1º. O Conselheiro poderá declinar, por motivo justificado, a matéria distribuída.

§2º. O Conselheiro que faltar a três sessões consecutivas ou a cinco intercaladas, no período de um ano, injustificadamente, poderá não mais ser convocado para as sessões, comunicando-se o fato ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública para as providências cabíveis.

Seção IV

Das atribuições da Secretaria-Executiva

Art. 11 – Para coordenar e auxiliar a execução de suas atividades, o Conselho de Criminologia e Política Criminal contará com uma Secretaria-Executiva.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva será composta por um Secretário(a)-Executivo(a), por servidores auxiliares, técnicos e administrativos, e por estagiários, todos designados pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Art. 12 – Ao Secretário(a)-Executivo(a) compete:

I – dar conhecimento ao(a) Presidente, ao(a) Vice-presidente ou ao Plenário, conforme o caso, de toda documentação recebida;

II – coordenar os setores e serviços da secretaria-executiva;

III – cumprir e fazer cumprir as determinações da Presidência;

IV – organizar e manter em dia as leis, decretos, regulamentos, atos normativos de interesse do Conselho;

V – providenciar a publicação das atas do Conselho no Diário Oficial do Estado ou em outro canal Oficial que as tornem públicas;

VI – dirigir os trabalhos de administração do material e pessoal do Conselho;

VII – proceder à gestão de documentos, livros e arquivos, mantendo-os atualizados e organizados;

VIII orientar e fiscalizar os trabalhos de portaria, limpeza e conservação das salas, móveis e demais bens afetados à estruturação e funcionamento do Conselho;

IX – secretariar as reuniões do Conselho ou designar substituto quando de seu afastamento, lavrando as atas;

X – preparar o expediente dos Conselheiros, registrar a distribuição de procedimentos administrativos, controlar a sua devolução e comunicar o esgotamento de prazo regimental ao respectivo Conselheiro;

XI – promover as diligências ordenadas nos procedimentos administrativos em tramitação no Conselho, para sua adequada instrução;

XII – assinar, com ou por delegação da Presidência, editais, avisos, documentos de interesse geral para divulgação no órgão oficial do Estado e outros meios de comunicação;

XIII - praticar outros atos necessários ao bom funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13 - Os convênios, seminários, eventos, solenidades, ajustes, projetos e pesquisas de que trata este regimento serão realizados evitando o dispêndio desnecessário de recursos financeiros da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Art. 14 – O Conselho de Criminologia e Política Criminal poderá ter meios próprios para captação de recursos a serem destinados ao cumprimento de sua finalidade.

Art. 15 - O Conselho de Criminologia e Política Criminal terá identidade visual própria.

Art. 16 - Este regimento passa a vigorar na data de sua publicação.

Art. 17 - Revoga-se o regimento interno anterior do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais.

Belo Horizonte,

André Estevão Ubalдино Pereira, Procurador de Juiça

Presidente Conselho de Criminologia e
Política Criminal de Minas Gerais

10 2158444 - 1

ATO 01278/2025 -Revoga o ato 01115/2025 de Redução de Jornada de Trabalho de Servidor Responsável por Excepcional, publicado em 24.10.2025, referente ao servidor: MASP:1448547-8 MANOEL CICERO BONFIM NETO,a contar de 28/11/2025.

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2025.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

10 2158040 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão do Processo Disciplinar Simplificado nº 019/2025, Senhor André Luiz Freitas, Masp. 1208264-0, instaurada pela Portaria nº PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 019/2025, emitida pela Sr. Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e publicada em 24/09/2025, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o processado abaixo relacionado para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada à Avenida Maria Rezende Braga, nº 55, bairro Vila Verde , Varginha-MG, no horário de 09:00 às 12:00 horas e de 13:30 às 16:00 horas , ou pelo e-mail nucadsextrarpd@gmail.com, no prazo de 10 dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Disciplinar Simplificado, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduta que se comprovada, remete ao descumprimento do disposto no artigo 216, incisos V, VI e IX, c/c os artigos 245, caput e parágrafo único, e 246, inciso I, com incidência no artigo 250, inciso V, todos da Lei 869/1952, estando sujeito a uma das penalidades previstas no art. 244, incisos I, III ou VI do referido Diploma Estatutário c/c artigos 3º e 4º do Decreto nº 47.788/2019; sob pena de REVELIA, em face do ex-prestador de serviços na função de Agente de Segurança Penitenciária, DANIEL HIPOLITO G. PAIVA - MASP 1.53x.x68-5 PROCESSADO NO PDS 019/2025.

Varginha 10 de dezembro de 2025

André Luiz Freitas
Masp. 1.208.264-0
Presidente da Comissão

10 2158304 - 1

EXTRATO DA PORTARIA DEPEN Nº 64/2025, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 1450.01.0206373/2025-50

Descumprimento de cláusulas do contrato nº 9346193/2022 (Presídio de Canópolis, Presídio de Ituiutaba e Presídio de Santa Vitória), Empresa HR REFEIÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.905.254/0001-72, com sede na Rua Juiz de Fora, nº 150, Barro Preto, Belo Horizonte, MG, CEP: 30.180-060. Prática prevista no inciso VI do art. 3º e nos incisos I, IV, e VI do art. 4º da Resolução SEAP nº 49/2017, punível com sanções desde advertência escrita até declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (de acordo com as sanções previstas no artigo 38 do Decreto Estadual nº 45.902/2012,nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002).

Convoco a Comissão Processante Permanente da SEJUSP, para instrução e conclusão de todo o procedimento, conforme Resolução SEAP nº 01, de 13 de fevereiro de 2017.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública,
Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2025.

Carlos Vinícius de Souza Figueiredo

Assessor Orçamentário e Financeiro

Departamento Penitenciário de Minas Gerais

10 2158422 - 1

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 649/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 29 de dezembro de 2022, bem como no Parecer nº 970/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD_PROC/2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de JELISON WILLY DOS SANTOS PEREIRA - MaSP 1.449.412-4, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 2, lotado no Presídio de Uberlândia I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado e do advogado Victor Bruno de Jesus Ganem Rodrigues OAB/MG - 157.255. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 09 de dezembro de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 050/2019, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 18 de dezembro de 2019, bem como no Parecer nº 971/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD_PROC/2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de ODAIR TIAGO SALVADOR – MASP 1.198.112-3, ocupante do cargo de Policial Penal, admissã 3, lotado no Complexo Penitenciário de Ponte Nova à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado e do advogado Fábio Henrique Corrêa OAB/MG - 137.619. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez)